

Política de educação?

Desde que o presidente Fernando Collor assumiu seu mandato, o País tem aguardado com ansiedade a definição da política educacional de seu governo. Isso porque, no decorrer destes nove meses, o ministro da Educação por ele escolhido, um senador em final de mandato, acostumado a ver os problemas de sua pasta exclusivamente sob um viés político, perdeu um tempo precioso adotando medidas tópicas e de eficiência duvidosa, sem em nenhum momento ter concentrado sua atenção sobre o grande desafio a ser enfrentado: a péssima qualidade de nosso sistema oficial de ensino, em todos seus níveis.

Após longo de sua desastrosa gestão, o ministro Carlos Alberto Chiarelli relegou para segundo plano o problema da reconstrução do ensino público, que hoje se encontra inteiramente degradado e deteriorado. Ele preferiu tratar de questões bem menos importantes, mas que lhe possibilitaram permanecer em destaque nos meios de comunicação de massa. Uma dessas questões foi a do reajuste das mensalidades escolares: Chiarelli se intrometeu nas relações entre os diretores das escolas particulares e os pais de alunos, tomado decisões muitas vezes inconstitucionais e comprometendo, com seu intervencionismo demagógico, o que ainda resta de qualidade em nosso sistema educacional.

Outra questão foi a da racionalização dos gastos das universidades federais: aceitando as pressões corporativas dos reitores dessas instituições, Chiarelli os autorizou a descumprirem as determinações presidenciais de cortar gastos supérfluos, demitir funcionários ociosos e reduzir o número de professores. Os reitores prometeram melhorar a "produtividade" dos cursos de graduação e, desde então, não mais se preocuparam em conter custos e em resgatar a qualidade do ensino superior oficial, ficando tudo como estava — e como está até hoje. Uma terceira questão foi a da alfabetização de adultos: o titular do MEC anunciou com estardalhaço um amplo programa para a resolução desse grave problema, porém tratando

os efeitos sem enfrentar suas verdadeiras causas: a alta evasão dos alunos oriundos das famílias pobres, na faixa etária de sete a 14 anos, por causa da falência da rede pública de 1º e 2º graus.

Em nenhum momento, ao longo dos nove meses de sua gestão à frente da pasta da Educação, o ministro Carlos Alberto Chiarelli se preocupou seriamente com o problema da má qualidade de nosso sistema oficial de ensino — um problema de natureza estrutural, que tem condenado as novas gerações ao obscurantismo cultural e impedido o País de se modernizar, por falta de recursos humanos habilitados. Mantido este quadro, mesmo depois que a economia se estabilizar, o Brasil terá grandes dificuldades para retomar o crescimento e dar o salto definitivo rumo ao progresso.

A verdade é que, no governo Collor, a educação continua como estava antes de 15 de março de 1990. A rede escolar pública permanece sem recursos suficientes para se reerguer, dando diplomas a alunos semi-alfabetizados que ingressam no mercado de trabalho sem qualquer possibilidade de colocação profissional e de ascensão social. E as universidades federais, que monopolizam mais de 80% dos Cr\$ 32 bilhões destinados pelo Orçamento da União ao ensino público e que gastam 90% do que recebem em folhas de pagamento de funcionários, continuam "formando" bacharéis que, por falta de qualificação técnica, terminam trabalhando em balcões de butique.

Para mascarar essas distorções e permanecer em destaque no noticiário dos jornais, o ministro da Educação anuncia agora um ambicioso "Programa Nacional de Educação", misturando pré-escola com autonomia universitária, alfabetização com escolas ecológicas e ensino profissionalizante com esporte. Como a educação é a matéria-prima do desenvolvimento e do bem-estar de uma sociedade, ao tratar o ensino com um viés exclusivamente político, o atual governo corre o risco de negar aos brasileiros o direito ao progresso.